



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 4/2009

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL
DE 2009: -----**

----- Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º. Calisto de Oliveira Coquim, 1.º. Secretário e Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2.º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Luís Filipe da Silva Cainé, Fernando Manuel dos Santos Alves, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Dr.ª. Isabel Cristina Carvalho Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Pedro Nunes, Sara Raquel dos Santos Fresco, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou as faltas dos senhores deputados Engº. Carlos Manuel Brites Monteiro e Engº. Virgílio Miranda Cravo Roxo.-----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram dezasseis horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas.-----

-----Foi dado início à sessão pelo 1º. Secretário Engº. Calisto Coquim, uma vez que o sr. Presidente da Mesa, Prof. Doutor Fernando Regateiro, iria chegar mais tarde, conforme tinha avisado antecipadamente.-----

-----Assim, no início dos trabalhos, foi solicitada a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos da sessão, designadamente “1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mira – 2009”, tendo sido unanimemente aceite.-----

-----De seguida, o sr. Engº. Coquim reportou-se a dois requerimentos apresentados pelos senhores deputados Filipe Barreto e Albano Lourenço, solicitando o envio da documentação referente às sessões da Assembleia Municipal, em suporte de papel, tendo dito que os mesmos não tinham ainda sido despachados, pelo que não tinha sido ainda dado cumprimento ao solicitado, sendo que a decisão seria tomada posteriormente. -----

-----Foram depois dadas algumas informações pelo sr. Secretário da Mesa, designadamente, sobre a abertura do certame “Gândara & Planta”, naquele mesmo dia e também relativamente à aprovação das contas da CIM-BM (Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego), a definição da localização da respectiva sede e ainda a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deslocalização das instalações da Direcção Regional de Economia do Centro para Aveiro, assunto que mereceu o seu voto contra. O sr. deputado Dr. Miguel Mingatos mostrou-se disponível para responder a questões ou dúvidas relativamente à CIM-BM. -

-----APROVAÇÃO DAS ACTAS: -----

-----Foi posta à aprovação, em primeiro lugar, a acta da sessão ordinária de 29 de Dezembro de 2008, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, foi colocada à aprovação a acta da sessão ordinária realizada em 25 de Fevereiro de 2009, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções por parte dos senhores deputados Engº. Calisto Coquim e Drª. Cristina Jorge, por não terem estado presentes na aludida sessão. -----

-----O sr. deputado Dr. Miguel Mingatos fez uma correcção ao conteúdo da página dezassete, porquanto, onde consta 4.777.000,00 €, deve passar a constar 477.000,00 € e também na página 18, onde consta “chegando mais uma vez a níveis catastróficos”, deve passar a constar “chegando mais uma vez a níveis outrora catastróficos”.-----

-----Também o sr. deputado Gabriel Pinho fez um esclarecimento ao contido na página dezasseis, referindo que nada tinha contra o filho do sr. Presidente e apenas tinha falado no mesmo por as pessoas acharem estranha a sua presença no edifício dos Paços do Concelho a altas horas da noite. -----

-----Por último, foi posta à aprovação a acta da sessão extraordinária realizada em 23 de Março de 2009, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções dos senhores deputados Paulo Reigota e Prof. Luis Lourenço, por terem estado ausentes.----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O sr. deputado Dr. Juan António reportou-se ao facto de ter sido por si levantado o problema do acesso à plataforma, tendo havido dificuldade no acesso à informação, o que tinha dado origem a um comunicado do PS, no qual não se revia. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:**-----

-----Iniciou-se este espaço da sessão com a intervenção do sr. deputado Dr. Juan António que frisou, novamente, o problema do acesso à documentação, através da plataforma e também o comunicado a esse propósito publicado pelo Partido Socialista, dizendo que não se revia naquela forma de fazer política. -----

-----Quis também saber qual o ponto da situação relativamente à intervenção prevista na EN 109 e ainda quanto às intervenções consideradas prementes na Praia de Mira, designadamente a nível da Barrinha. -----

-----O sr. deputado Carlos Milheiro reportou-se à lista de credores da Câmara Municipal, querendo saber, em particular, da situação da firma “Carlos Gil”. Perguntou também se estava prevista a celebração de protocolos com as Juntas de Freguesia e reportou-se também ao festival “Spring Break”, realizado na Praia de Mira a um e-mail do sr. deputado Carlos Monteiro e ainda relativamente às obras em curso no centro da Vila da Praia de Mira. -----

-----Nesta altura, eram cerca de 17:15 horas, entrou na sala o sr. deputado Dr. Paulo Grego. -----

-----Também o deputado sr. Prof. Luis Lourenço quis saber qual o desenvolvimento das tão esperadas obras na EN 109 e também das obras no Parque de Campismo Municipal.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fez um elogio à realização do “Mira Jovem”, no entanto fez também um reparo relativamente a uma situação que o deixou indignado, porquanto na tenda principal, para além de ser permitida a venda de cerveja, havia uma promoção deliberada ao consumo, incentivando os jovens a consumirem mais por menos dinheiro, o que achou profundamente errado. -----

-----O sr. Presidente da Câmara interveio para dar resposta às intervenções anteriores, começando por referir que não lhe competia a si falar sobre o comunicado dos senhores deputados do PS, pelo que não o iria fazer. Sobre as obras na EN 109, disse que o papel da Câmara Municipal era pressionar o Poder Central e isso tem vindo a ser feito insistentemente. Quanto à necessidade de intervenção na Praia de Mira, disse que as necessidades eram inúmeras e que a Câmara Municipal fazia o que podia, assim como a Junta de Freguesia da Praia de Mira; que, os palheiros existentes na beira-mar iriam ser brevemente sujeitos a demolição, estando já em curso o processo de publicitação de editais, tudo estando a ser feito para que a mesma ocorresse ainda antes da época balnear, todavia a Câmara Municipal não detinha a jurisdição do espaço e isso dificultava muito as coisas; que, a execução dos bungallows no Parque de Campismo tinha estado parada, fruto de algumas dificuldades, especialmente porque não tinham ainda entrado as aguardadas verbas provenientes dos financiamentos comunitários, mas que iriam ser retomadas brevemente, esperando-se que fossem concluídas neste Verão e no tocante ao apelo ao consumo de cerveja na edição do “Mira Jovem”, disse que era



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de registar a chamada de atenção do sr. deputado Prof. Luis Lourenço para que falhas como aquela não voltassem a repetir-se.-----

-----O sr. deputado João Maria Nogueira reportou-se à questão da demolição dos palheiros existentes na beira-mar, em adiantado estado de degradação, dizendo que era com muito agrado que, finalmente, via uma situação tão lastimável ser resolvida.-----

-----Os trabalhos prosseguiram com a intervenção do sr. deputado Pedro Nunes que disse subscrever as palavras do sr. deputado dr. Juan António, no que diz respeito ao comunicado do PS. O mesmo deputado questionou relativamente à habitação social da Videira Norte e também sobre movimentação de terras que estava a ser feita na Praia do Poço da Cruz, se era intenção dotar o espaço de um parque de estacionamento ou que outra intervenção iria ter. -----

-----O sr. deputado Filipe Cainé reportou-se às recentes obras de requalificação do centro da Lagoa, dizendo que todos tinham ficado mais bem servidos com a intervenção feita e elogiou também a realização do “Mira Jovem”, que tinha tido muito boa aceitação por parte da juventude. Por último, perguntou ao sr. deputado Dr. Juan António se o mesmo se revia no teor do comunicado do PSD. -----

----- Neste momento, quando eram aproximadamente 17:25 horas, entrou na sala a deputada Prof^a. Ana Maria Baião. -----

-----Novamente, usou da palavra o sr. Presidente da Câmara para referir o próximo hastear da bandeira azul nas praias de Mira e Poço da Cruz, dizendo que aquele era um importante galardão conquistado pelo Município de Mira e que importava preservar no



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

futuro. Sobre o parque de estacionamento da Praia do Poço da Cruz, disse que a única hipótese era o tout-venant, uma vez que não era permitido outro qualquer tipo de material. Sobre a habitação a custos controlados na Videira Norte, disse que quando estava para ser feito o registo dos terrenos, tinha surgido um novo processo de impugnação da decisão judicial, pelo que a sr^a. Conservadora não procedia ao devido registo enquanto não houvesse decisão final. -----

-----O sr. deputado Carlos Milheirão solicitou resposta à sua questão referente à lista de credores da Câmara Municipal, mormente da firma “Carlos Gil”, tendo o sr. Presidente da Câmara respondido que não existia suporte legal para autorizar o pagamento da despesa em causa. -----

-----O sr. deputado Dr. Juan António reportou-se à realização do festival “Spring Break”, na Praia de Mira, alertando para o facto da necessidade na Câmara Municipal estar mais atenta aquando da contratualização das empresas promotoras de tais eventos, porquanto, não tinha sido nada agradável o aspecto deplorável com que as pessoas se tinham deparado no final do festival, com o amontoado de lixo que tinha ficado nas imediações do espaço onde o mesmo tinha decorrido. Por outro lado, frisou também a importância de ser feita a limpeza das areias na Avenida Arrais Baptista Cera, na Praia de Mira, a qual deveria ser efectuada num trabalho coordenado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Praia de Mira. Quanto aos comunicados, disse que não se revia em comunicados que apareciam na praça pública. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A propósito do comunicado do PS, também o deputado sr. Filipe Barreto registou com indignação a lastimável atitude que tinha levado à sua publicação no jornal “Voz de Mira”, ao qual, naturalmente, o PSD tinha respondido. -----

-----Por esta altura, sendo cerca de 17:45 horas, entrou na sala o sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro, o qual tomou o respectivo lugar na Mesa da Assembleia. -----

-----Interveio o sr. deputado Gabriel Pinho que questionou relativamente a casas novas que estavam a ser construídas na freguesia da Praia de Mira, querendo saber se estavam devidamente licenciadas, sobre um determinado pedido de terrenos sobrantes da Viveimira, feito há cerca de um ano e também relativamente ao critério que tinha levado a Câmara Municipal a construir um novo armazém, na charneca das Aboreiras, dentro da mata, um local sem abastecimento de água ou luz, quando o Município era proprietário do antigo armazém da Cooperativa que se encontrava a degradar, perguntando a quem interessava o armazém naquele local. -----

----- O sr. Presidente respondeu que, no tocante à construção da casa do sr. Manuel Domingos, na Praia de Mira, já tinha mandado averiguar e quanto aos armazéns o que preocupava era a Câmara Municipal ter feito as obras que outros não tinham nunca feito e só isso é que estava a incomodar as pessoas. -----

-----Autorizado a usar da palavra, o sr. Vereador Dr. Miguel Grego disse que existiam pedidos para mais de 400 ha destinados a projectos agrícolas mas que a Câmara Municipal não tinha essa área disponível, até porque os cerca de 100 ha a que se referiu o sr. deputado Gabriel Pinho, tinham sido reafectados ao regime florestal, por



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compromisso assumido pelo executivo anterior, aquando da desafecção para o Pinhal da Gândara. -----

-----Relativamente à questão os armazéns, disse que o armazém da antiga Cooperativa não podia ser encarado como alternativa, até porque existia um contrato-promessa de compra e venda mas não existia ainda a necessária escritura, para além de que sobre o mesmo impendiam diversas penhoras.-----

-----Eram cerca de 18:10 horas quando os trabalhos foram suspensos para intervalo, tendo sido reiniciados cerca das 18:35 horas.-----

-----Nesta segunda parte da reunião, não esteve presente o sr. deputado Dr. Raul Almeida.-----

-----O sr. Presidente da Mesa da Assembleia reportou-se aos requerimentos apresentados pelos senhores deputados Filipe Barreto e Albano Lourenço, solicitando o envio da documentação das sessões em suporte de papel, questionando se todos os que ali estavam se identificavam ou não com a sustentabilidade ambiental. Mais disse que iria despachar favoravelmente o pretendido, no entanto deixava o assunto à consciência de todos. -----

-----O sr. deputado Filipe Barreto retorquiu que estava perfeitamente consciente e se identificava plenamente com a sustentabilidade ambiental, no entanto, para poder estar documentado, ele próprio tinha que fazer a impressão dos documentos. -----

-----**PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. -----

----Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para dizer que a situação financeira da autarquia estava bem explicada na informação que tinha sido distribuída aos Srs. Deputados, mostrando-se disponível para explicar ou esclarecer eventuais dúvidas.-----

----- Foram feitos pedidos pontuais de esclarecimentos, tendo os mesmos sido prontamente explicados quer pelo sr. Presidente da Câmara, quer pelo Chefe da Divisão Económico Financeira, Dr. João Oliveira. -----

--- PONTO DOIS: Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea c), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2008 e inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2008. -----

----- Posto o assunto à consideração da Assembleia, registaram-se algumas intervenções, designadamente: do deputado Dr. Juan António que elogiou a qualidade da informação prestada, reveladora de um bom desempenho e rigor dos serviços municipais, registou a baixa taxa de execução do orçamento, o que comprovava a chamada de atenção feita pelos elementos do PSD aquando da sua aprovação, por entenderem estar demasiado empolado, o aumento dos custos com pessoal (cerca de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

24%), o despesismo acentuado em algumas rubricas, o endividamento acentuado, embora dentro dos limites legais, etc. -----

----- Relativamente ao aumento com o pessoal, o sr. Eng^o. Coquim disse que o mesmo estava bem explicado no relatório e que defendia que fosse proporcionada formação ao pessoal tendo em vista a sua progressão, uma vez que grande parte do pessoal era detentor de baixas categorias, sendo que a Câmara Municipal só teria a ganhar com pessoal qualificado ao eu serviço. -----

----- O sr. deputado Fernando Alves abordou a questão da “hipotética dívida” à firma Carlos Gil, perguntando o motivo da mesma não estar registada, reiterando o sr. Presidente o que já tinha dito anteriormente, no sentido de que não havia suporte legal para tal despesa. -----

---- Sobre o mesmo assunto, o sr. deputado Filipe Barreto lembrou que existia obra feita, alguém a tinha feito e a mesma deveria ser paga, achando que deveria ser encontrada uma solução para o problema. Perguntou ainda qual era o montante da avença recebida por um determinado técnico ao serviço do anterior Executivo, quando era sabido que a actual avença do Dr. Licínio Palhavã era de 2.000.00 €. -----

---- De seguida, interveio o sr. Presidente da Mesa da Assembleia que, prontamente, disse que iria dar por terminada a discussão, por não estar a ser correcta, ao mesmo tempo que solicitou aos senhores deputados para mudarem de registo. -----

---- O deputado Dr. Juan António reportou-se ao relatório de gestão, designadamente à área do Turismo – obras no Parque de Campismo, tendo dito que as receitas no ano de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2008 tinham ficado muito aquém do esperado, sendo desejável que houvesse uma melhor divulgação e rentabilização daquela infra-estrutura, agora melhorada e com condições para constituir uma fonte de receita importante para o município. -----

---- O sr. Presidente da Câmara esclareceu que a baixa de receita do Parque de Campismo no ano transacto ficava a dever-se ao facto do parque ter entrado em funcionamento mais tarde, fruto da realização das obras de beneficiação que tinham sido levadas a cabo, assim como também ao facto da própria capacidade do parque ter ficado mais reduzida, uma vez que a organização do espaço por alvéolos assim obrigava e também pela razão de que os preços não tinham sofrido nenhum aumento. -----

--- Terminadas as intervenções, seguiu-se a votação, tendo o assunto sido aprovado por maioria, com nove votos contra, dos senhores deputados do PSD, 2 abstenções, dos senhores deputados Dr^a. Cristina Jorge e Carlos Milheirão e 11 votos a favor dos senhores deputados do Partido Socialista. -----

---- **PONTO TRÊS: “Aprovação, nos termos do previsto na alínea b), do n.º 2, do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da 1.ª Revisão Orçamental e 1.ª Revisão ao PPI e AMR’s do ano de 2009”.-----**

----Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal referindo que aquele ponto estava relacionado, fundamentalmente, com a inclusão do saldo da conta de gerência.---

---- Sem mais intervenções, seguiu-se a votação tendo sido o ponto **aprovado por maioria, com dez abstenções do PSD e do MEL e onze votos a favor do PS.** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- **PONTO QUATRO: “Aprovação, nos termos do previsto na alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Mira”. -----**

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra referiu que o Regulamento tinha estado em consulta pública, não tinha tido reclamações, nem quaisquer sugestões.-

---- Não se tendo verificado mais intervenções, procedeu-se à votação tendo sido o ponto **aprovado por unanimidade**. -----

----**PONTO CINCO: “Tomada de conhecimento do Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2008, nos termos da alínea h), do art.º 18.º, do D.L. n.º 147/99, de 01 de Setembro”. -----**

---- Neste ponto, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento do Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano 2008, passando de seguida ao ponto seis, uma vez que não se verificaram intervenções.-

---- **PONTO SEIS: “Aprovação, nos termos do previsto na alínea n), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugadas com a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e D.L n.º 116/84, de 06 de Abril, na sua actual redacção, da 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mira 2009”. -----**

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal, explicando que na preparação para aprovação do orçamento não tinham sido inseridas no mapa de pessoal, as alterações



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

legislativas introduzidas pelo regime de contrato de trabalho em funções públicas, aprovado pela Lei nº. 59/08 de 11 de Setembro, as alterações legislativas em matéria de transferência de competências na área da educação e tinha sido necessário acautelar algumas solicitações em matéria de recursos humanos decorrentes da candidatura ao projecto “+ Maria”. -----

---- O Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário, à semelhança de outras sessões começou por referir que a Câmara Municipal acabava por ser quase o maior empregador do Concelho; que, tinham que questionar se realmente haviam necessidades legais e técnicas de criar lugares específicos nos quadros da Câmara ou se o trabalho realizado por alguns desses lugares podia ser feito recorrendo ao regime de “outsourcing”, não obrigando a um compromisso fixo mensal, com implicações anuais. Terminou, referindo que alguns lugares técnicos eram criados para cumprir compromissos assumidos na parte eleitoral e tinham de questionar se o serviço podia ser executado, esporadicamente, por uma empresa exterior. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para dizer que estava de acordo com a intervenção do seu colega de bancada, ao dizer que existiam determinado tipo de serviços que podiam ter outro tipo de gestão por parte da autarquia. Referiu também que era sempre ali apresentado, quer para o aumento de pessoal, quer para o aumento das despesas com o pessoal, a inevitabilidade da transferência de responsabilidades educativas para a Câmara, ficando a ideia de que tinha sido algo que não tinham tido saída, quando na realidade não tinha sido isso que aconteceu; que tinham sido os



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeiros e tinha sido uma opção. Questionou ainda quais os encargos financeiros anuais que aqueles funcionários representariam para a Câmara.-----

---- Usou da palavra a Sr.^a Deputada Isabel Cristina Jorge questionando se as alterações legislativas em matéria de transferência de competências na área da educação já estavam incluídas naquela 1.^a alteração. Mais disse, que atendendo a todas as alterações que tinham sido feitas na área da educação, a sua opinião era contrária à opinião do seu colega de bancada, sendo conhecedora da área e porque brevemente o pessoal docente passaria a ser contratado pelas autarquias. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Fernando Alves, dizendo que fruto da lei, as carrinhas que transportavam crianças com menos de 14 anos, o motorista necessitava de uma autorização especial, questionando se os motoristas que faziam o transporte actualmente tinham a referida autorização e caso não tivessem se a Câmara Municipal já tinha pensado em dar-lhes formação adequada, lembrando ainda da necessidade da criação de um estacionamento para a carrinha que transportava as crianças.-----

---- Novamente o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário, questionou relativamente às alterações ao mapa do pessoal, na parte de Assessoria e Apoio Técnico, a criação de uma carreira não revista de fiscal municipal se estava relacionado com os fiscais já existentes na Câmara Municipal ou se seria a criação de um novo posto de trabalho e na parte da Divisão de Educação, Cultura e Desporto, se a anulação dos seis postos de trabalho seria para a criação de um na área específica.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que com a educação eram mais oitenta pessoas ao encargo da autarquia, pedindo autorização ao Sr. Presidente da mesa da Assembleia para que o Vereador responsável pela educação pudesse esclarecer mais algumas questões. -----

---- Usou da Palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, começando por referir que a questão da educação não lhes tinha sido imposta mas tinha sido algo que a Câmara tinha assumido como sendo mais vantajoso para as crianças, tendo a percepção de que para o ano seria quase uma obrigação, decidindo assim dar um passo à frente; que, tinha sido referido por alguns deputados que seria uma decisão arriscada, dizendo que seria um risco político naquele ano porque ao receberem oitenta pessoas a verba com o pessoal iria disparar e os Srs. Deputados iriam criticar, ainda que a receita viesse transferida a 100%, mas que em prol das crianças era um risco assumido. Disse ainda que algumas daquelas pessoas que vieram transferidas do Ministério da Educação, estavam em fim de contrato e que a Câmara não teve conhecimento quando elaborou o mapa de pessoal, era o caso dos dezasseis postos de trabalho para assistentes operacionais que estavam contemplados no ponto quatro daquela alteração e ainda no mesmo ponto estava também prevista a anulação de seis postos de trabalho que iriam ser substituídas pelo regime de “outsourcing”, já referido pelos Sr. Deputados; que, estava naquele regime o pessoal que fazia limpeza nas casas de banho da Praia de Mira e algum pessoal da Piscina Municipal que depois de terem sido analisados todos aqueles casos, tinham verificado que seria, não só mais vantajoso mas também mais benéfico para as pessoas,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda que as pessoas queiram alguma estabilidade. Referiu ainda que na educação os contratos eram ainda por tempo determinado, não era o vínculo final e definitivo porque ainda não sabiam para o próximo ano lectivo o que iria fechar efectivamente, para terem uma ideia dos funcionários que necessitavam; que, não podiam estar a criar um cargo de excedentes que depois não fossem necessários, ainda que a designação tenha passado de auxiliares de acção educativa para assistentes operacionais com competências para fazer um grande número de actividades podendo facilmente ser destacados para outros serviços. Na questão dos motoristas que tinha sido referida pelo Sr. Deputado, disse que existiam quatro que tinham o TCC, mesmo assim entendiam que existiam mais motoristas que também o deviam tirar. -----

---- O Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, referiu que não existiam dúvidas de que todos estavam sensíveis à educação, até porque era o pilar de qualquer sociedade, mas que para além das dezasseis vagas na área da educação, por tempo determinado, aquela proposta contemplava mais nove vagas, por tempo indeterminado, para técnicos em diferentes áreas, questionando qual a necessidade daquelas contratações e qual o custo que representavam. -----

---- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Dr. Fernando Regateiro, no uso da palavra questionou a Câmara Municipal se tinha consciência e sentimento da sua responsabilidade social, explicando que no Hospital que dirigia, o maior empregador da região centro, com 4700 funcionários e mais 700 fornecedores de serviços externos, no total 5400 trabalhadores, estava a fazer a passagem de contrato sem termo de mais de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

700 funcionários que estavam lá há anos em regime precário; que, não queria mais trabalho precário mas sim vínculos definitivos à instituição, vínculos seguros que lhes dessem segurança na vida, permitindo-lhes ter um ambiente familiar tranquilo. Mais disse, que não havia nada de negativo quando existiam funcionários trabalhadores, ligados à casa, vestindo a camisola e defendendo-a que não era a mesma coisa ter um prestador de serviços.-----

---- No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse que naturalmente tinham consciência da responsabilidade social; que, a questão não estava a ser analisada politicamente mas numa consciência social e de emprego e educação.-----

---- Usou também da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego explicando que os outros nove lugares, para além dos dezasseis da educação, propostos no mapa do pessoal eram passagem de contrato a termo indeterminado, alguns deles por imposição legal; que, não se podia manter lugares que há seis anos se encontravam em situação precária, alguns deles ainda criados no anterior executivo que consideravam como necessidades efectivas e onde não existiam gastos adicionais uma vez que eram trabalhos já feitos no município e que já tinham passado o número de anos que a lei permitia no regime de contrato por tempo determinado. Terminando, disse que não podiam por um lado apregoar a qualidade dos serviços e por outro lado retirar-lhe meios, por um lado gloriar o facto de terem pessoas motivadas e depois quererem serviços de “outsourcing”. -----

---- Novamente, o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto usou da palavra para dizer que estava perfeitamente de acordo com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal; que,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nunca tinha estado em questão que as pessoas necessitavam de estabilidade, se tinham um contrato e se havia necessidade de alguém que executasse aquelas competências; que, aquilo que estava ali em causa não era estar ou não a regularizar uma situação mas analisar a questão numa relação custo/ benefício.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que da sua parte estava esclarecida a situação da educação; que, era importante para a motivação dos quadros da Câmara Municipal, quando os lugares estavam criados era importante que fossem ocupados por pessoas que já estavam na Câmara, desde que tivessem competência técnica para o efeito, continuando a afirmar que era importante fazer uma análise da identificação das necessidades e o custo do benefício de se criarem ou não os lugares, até mais do que a sensibilidade social que tinha sido referida pelo Sr. Presidente da Assembleia, até porque existiam pessoas, independentemente de estarem no quadro ou não, nunca vestiam a camisola. -----

---- Terminando, interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego explicando o caso de uma vaga criada para técnico na área de desing e comunicação e fazendo o custo benefício disse que em três anos, três boletins tinham custado 25.000,00€ e que um técnico fazia quatro boletins por ano, os cartazes de todas as associações e toda a imagem do Concelho por 14.000,00€. Continuando, referiu ainda o vaga de fiscal municipal; que, existiam apenas três fiscais municipais, em que um deles exercia funções como comandante dos bombeiros voluntários e com o qual sempre tinham demonstrado total disponibilidade para que exercesse o cargo em perfeitas condições, como tal



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessitavam de mais pessoas na rua para todas as tarefas de fiscalização; que a análise tinha sido feita daquela forma para todos os casos e os Srs. Deputados podiam ou não concordar. -----

---- Seguiu-se a votação tendo sido o ponto **aprovado por maioria**, com nove abstenções do PSD e treze votos a favor do PS, do MEL e da Deputada Isabel Cristina Jorge.-----

---- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário para dizer que tinha ficado sensibilizado e esclarecido com os esclarecimentos prestados pelo executivo, contudo não deixou de salientar uma prática comum nas Câmaras Municipais que era o empolar do quadro de pessoal que muitas vezes era feita sem necessidades e sem uma análise custo/ benefício.-----

----Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

---- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

---- Interveio o Sr. João Manuel Jesus Milheiro, natural da Praia de Mira começando por felicitar o Prof. Dr. Fernando Regateiro pela sua participação no programa “falar global” na SIC Notícias. Relativamente ao festival “Spring Break Festival” que tinha ocorrido na Praia de Mira disse que da interpretação do protocolo a responsabilidade da limpeza do recinto era da Câmara Municipal e não da organização; que, tinha verificado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que alguns dias após o festival ter terminado, coincidentes com as férias da Páscoa e com a Praia de Mira bem composta de pessoas, o recinto ainda não tinha sido limpo; que, tinham passado seis dias com aquela zona junto de parques de campismo, absolutamente degradada e suja. Continuando, e relativamente a uma petição que tinha sido apresentada sobre a estrada florestal que ligava a Praia de Mira à Praia da Tocha, onde tinha reunido setenta e seis assinaturas, disse que o regimento obrigava a que se indicasse o número de eleitor de cada requerente e a freguesia em que se encontrava recenseado e a lei habilitante exigia apenas o nome completo e o número do Bilhete de Identidade, parecendo-lhe existir um acréscimo de exigência. Felicitou o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego pelo facto de ter necessitado de abordar, apenas, duas vezes o assunto da sinalização na rua entre a pastelaria e o largo da feira de Portomar, para que o assunto fosse resolvido; que, no centro da Praia de Mira tinham o caso da rua Raul Brandão, que fazia ligação entre a marginal do mar e Avenida da Barrinha, que apesar das insistências, através de fotografias, e-mails e outros, nada ainda tinha sido feito e que não compreendia e era-lhe extremamente difícil aceitar o facto de existir um vereador responsável por aquela temática (sinalização e trânsito) permitindo que aquela situação se arrastasse praticamente um mandato inteiro. Relativamente a uma resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Reigota a um Deputado da Assembleia em que afirmava durante o seu mandato ter feito muitos Km de estrada, questionou porquê que tinha ficado 100m por fazer entre o Orbitur e o Clube Náutico, 1 km desde a GNR até ao Orbitur e relativamente à variante norte disse que apenas tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido feito uma pequena parte do total da variante. Terminando e reportando-se a uma intervenção do Dr. João Reigota numa acta da Assembleia Municipal de 10 de Maio de 2005, onde disse que pouco se tinha feito durante os quatro anos anteriores no Miroásis, gostaria de saber, passados mais quatro anos, o que realmente lá tinha sido feito. Alertou ainda para o lapso na acta de 28 de Setembro de 2008, onde constava que os terrenos do Miroásis tinham rendido 1.400.000 euros e que devia constar 1.400.000 contos. -----

----ENCERRAMENTO: -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas e quinze minutos da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----

